
POLÍTICA EXTERNA INDIANA PARA O SÉCULO XXI: EM BUSCA DE UMA INSERÇÃO INTERNACIONAL AUTÔNOMA.

INDIAN FOREIGN POLICY FOR THE 21ST CENTURY: IN SEARCH OF AN AUTONOMOUS INTERNATIONAL INSERTION.

João Miguel Villas-Bôas Barcellos

Doutorando e mestre em Economia Política Internacional na UFRJ.
Bacharel em Relações Internacionais pela PUC-GO. Bolsista Capes.
E-mail: joao.barcellos@pepi.ie.ufrj.br

Resumo

A política externa indiana pode ser vista historicamente a partir de dois movimentos, o primeiro vai da independência até o início dos anos 1990, quando o país buscou o não-alinhamento como estratégia de inserção internacional. O segundo, inicia-se com um processo de abertura moderada ao comércio global e a tentativa de integração do país à agenda dos grandes temas discutidos nas relações internacionais. Este presente artigo busca refletir acerca da estratégia de política externa da Índia para o século XXI. O texto está dividido em duas partes, além da introdução e conclusão: análise da "Grande Estratégia" do país, princípios e rumos da política externa e temas da agenda internacional do país, como comércio internacional e investimento, defesa e segurança e regionalismo.

Palavras Chave: Política Externa Indiana; Geopolítica asiática; Grande Estratégia.

Abstract

Indian foreign policy can be seen historically from two movements, the first goes from independence to the early 1990s, when the country sought non-alignment as a strategy for international insertion. The second begins with a process of moderate openness to global trade and the attempt to integrate the country into the agenda of the major issues discussed in international relations. This article seeks to reflect on India's foreign policy strategy for the twenty-first century. The text is divided in two parts, besides the introduction and conclusion: analysis of the "Great Strategy" of the country, principles and directions of foreign policy and issues on the international agenda of the country, such as international trade and investment, defense and security and regionalism.

Key words: Indian Foreign Policy; Asian Geopolitics; Great Strategy.

1. INTRODUÇÃO

A Índia, ex-colônia britânica, é uma nação, ou, como dizem alguns, uma civilização milenar com profundas raízes culturais e um passado que oscilou entre a glória e a dominação¹. A burocracia formada no seio do Estado Nacional indiano deriva parcialmente da dominação britânica e, de acordo com Haja Mohan, foi o que permitiu que não houvesse uma desagregação territorial entre as diversas províncias e organizações histórico-identitárias regionais (MOHAN, 2013). Essa dominação tem fim em 1947 quando Mahatma Ghandi e Jawaharlal Nehru lideram o movimento pela independência.

Nosso objetivo neste artigo é analisar de que modo a Índia moderna se projetou no sistema interestatal capitalista², principalmente considerando a inserção internacional do país no início do século XXI. Antes, porém, torna-se necessário fazer uma breve introdução do caminhar rumo à posição de potência regional³ que marca o lugar indiano no mundo. A política externa indiana foi muito marcada pela estratégia do “não-alinhamento”. Esta atitude foi adotada em função da realidade geopolítica da Guerra Fria, na qual colocava a ordem mundial diante da bipolaridade entre os Estados Unidos e a União Soviética. Nesse contexto, a Índia buscou se manter neutra e não alinhada a nenhum dos blocos, embora tenha se transformado em uma parceira econômica e militar dos soviéticos e Nehru advogasse por um programa de desenvolvimento planificado.⁴

As principais forças políticas indianas concentram-se nos partidos: hinduista, Barathya Janata Party (BJP) e no partido do Congresso Nacional Indiano (CNI ou em inglês INC). Ambos têm um caráter nacionalista, realista e pragmático e não abrem mão do controle estratégico estatal do desenvolvimento – a despeito do BJP durante o atual governo de Narendra Modi (2014-...) enfatizar a necessidade de IED e maior participação da iniciativa privada no desenvolvimento nacional.

Mesmo com a adequação às mudanças neoliberais da ordem internacional dos anos 1990 não houve alterações na estrutura indiana de constante busca pela transformação em grande potência⁵ - apesar do país ter adotado uma estratégia no governo de Narasihma Rao (1991-1996) conhecida como *Look East* voltada para a construção de uma atitude mais ampla, voltada para a Ásia.⁶

De acordo com Raja Mohan (2013), a Índia busca desde sua independência uma “Grande Estratégia” que a transformará em uma potência mundial respeitada, não apenas no tabuleiro geopolítico

¹Ver o capítulo 12 de: KAPLAN, Robert. A Vingança da Geografia: A construção do Mundo Geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

²Cf. FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. Boitempo Editorial, 2015.

³Para mais informações acerca do termo “potência regional ver: NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. Review of International Studies, v. 36, n. 4, p. 881-901, 2010.

⁴Para mais informações acerca da política econômica de Nehru ver: CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. Unesp, 2007, p. 143.

⁵O termo “grande potência” encontra guarida nas teorias Realistas (Realismo, Neo-Realismo e Realismo ofensivo) de Relações Internacionais. Apesar de não ter uma definição única pode-se constatar o predomínio dos temas de segurança e geopolítica entre os principais autores.

⁶Para mais informações acerca da política do *Look East* ver: GAUR, Mahendra. Focus: India's Look East Policy. **Foreign Policy Research Centre Journal**, v. 8, p. 26, 2011.

do Índico, mas, potencialmente, no ocidente político⁷. O não-alinhamento com quaisquer potências que possam restringir a autonomia do país é visto como elemento fulcral na política externa e igualmente central quando se pensa nas políticas de desenvolvimento, pois isso garante a liberdade de uso de todos os instrumentos econômicos disponíveis ao país. Há, no entanto, uma mudança de percepção no que diz respeito à postura autonomista. Segundo alguns analistas esta postura estaria sendo revista em função de uma inserção mais “responsável”, ou seja, uma potência ciente que adota compromissos internacionais e respeita determinados temas da agenda internacional.⁸

O cenário geopolítico e geoeconômico altamente competitivo asiático coloca o desafio de superar os possíveis inimigos e estar sempre preparado para defender-se. Aproximadamente 70% do comércio de petróleo mundial passam pelo oceano Índico⁹. Tendo a Índia consciência do seu entorno geopolítico e do jogo de poder realista presente no sistema interestatal capitalista, o país desenvolve, a partir dos anos 1970. o primeiro teste nuclear que foi o *Pokhran I* - capacidade militar atômica. Hoje, o país é uma das referências mundiais em desenvolvimento e lançamento de mísseis balísticos, além de ter um complexo industrial-militar em plena expansão e consolidação (BEHERA, 2013).

Posto isso, o atual problema indiano, após décadas de constrangimentos em função do desenvolvimento nuclear com fins militares, é conciliar o seu robusto crescimento econômico e a superação das desigualdades sociais estruturais, com um lugar de cada vez mais protagonismo na ordem mundial e em suas instituições multilaterais. Pode a Índia pensar em ser uma potência mundial sem ainda ter conseguido resolver seus incansáveis problemas sociais internos? Os indianos deveriam pensar em consolidar o seu lugar como potência regional antes de projetar-se em voos mais complexos e, portanto, potencialmente mais conflituosos rumo ao protagonismo global?

Certo mesmo é que os grandes desafios da política externa indiana para o início do século XXI estão umbilicalmente ligados à geopolítica e à geoeconomia. Assim, as relações delicadas com o Paquistão, a ascensão do poder chinês e a sua estratégia de parceria com os Estados Unidos foram e devem continuar a ditar os rumos da inserção internacional do país. Em um documento da inteligência estadunidense intitulado *Mapping the Global Future*, pode-se constatar a preocupação com o crescimento do poder econômico e mesmo militar da Índia. O documento busca fazer um paralelo à ascensão alemã no final do

⁷ Ver: MOHAN, Raja. A Índia e o equilíbrio de poder. IN STUENKEL, Oliver (Coord.). A Índia na ordem global – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 30.

⁸ Ibidem, p. 46.

⁹ Para mais informações a respeito cf: ZHEBIT, Alexander. **Brasil-Índia-África do Sul: Emergência do Sul Global**. Gramma, 2016, p. 112.

século XIX e à estadunidense no XX e adverte para seus possíveis desdobramentos e impactos no equilíbrio da ordem mundial¹⁰.

Qualquer tema da agenda internacional contemporânea deve contar com o respaldo ou, ao menos, a consulta à Índia. Meio ambiente, comércio internacional – rodadas de negociação na Organização Mundial do Comércio (OMC) – segurança internacional e não-proliferação e agricultura; como veremos, o país se tornou uma peça relevante para o funcionamento e equilíbrio das relações internacionais do século XXI.

Buscaremos neste trabalho apresentar as principais linhas de inserção internacional indiana. Não pretendemos aqui nos aprofundar em temas específicos, mas sim passar em revista as principais preocupações externas do país, tais como comércio internacional, defesa e segurança, desenvolvimento econômico e social e integração regional. Nossa marco temporal concentrar-se-á dos anos 1990 aos dias de hoje, porém com ênfase concentrada no limiar do século XXI, especificamente nos governos de Manmohan Singh (2004-2014, Congresso Nacional Indiano) e Narendra Modi (2014-2018, Partido do Povo Indiano). Nossa abordagem teórica se fundamenta majoritariamente em elementos da teoria Realista das Relações Internacionais, com ênfase nos aspectos geopolíticos e lançará mão de uma revisão bibliográfica com uso de fontes primárias e secundárias.

2. Grande Estratégia e política externa para o século XXI: princípios, desafios e o desejo de protagonismo global.

De acordo com Bava (2007), o principal objetivo da política externa indiana é garantir sua autonomia estratégica. Para tal, torna-se necessário alcançar: segurança externa e interna, crescimento econômico sustentável, segurança energética e marítima e acesso à tecnologia¹¹. Uma ordem mundial sem hegemonia e multipolarizada seria o cenário ideal para a realização dos interesses nacionais indianos.

A política externa indiana tem por tradição o não-alinhamento e uma repulsa pelo uso da violência. Estes princípios são tributários da visão nerhuviana de mundo e ainda marcam fortemente a inserção internacional do país. No entanto, Bava argumenta que:

Liberta das limitações estruturais da Guerra Fria, a Índia está procurando construir alianças políticas e econômicas estratégicas nos níveis bilateral, regional e global que prometam dividendos ricos em segurança. A política externa indiana, que durante a Guerra Fria foi marcada pelo Não-Alinhamento, parece hoje estar seguindo uma política de alinhamento de neonos -

¹⁰ Cf.: PLANT, Harsh V. "India as a Regional Security Provider: From Activism to Forced Diffidence," Working Paper No. RSCAS 2014/81, Global Governance Programme, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, European University Institute, Florence, July 2014, p. 04.

¹¹ Cf. BAVA, Ummu Salma. India's role in the emerging world order. **FES Briefing Paper**, v. 4, 2007, p. 03.

isto é, envolvendo muitos para atender a seus diferentes requisitos de segurança. (BAVA, 2007, p. 05, tradução nossa)¹²

E o que seria uma “Grande Estratégia”? Murray (2010) advoga que nem todo Estado pode se dar ao luxo de pensar em uma, apenas os grandes.¹³ Podemos considerar a Índia um grande Estado? Se levarmos em conta sua rica história cultural e civilizacional, seu amplo território e riquezas naturais, poder militar, pujança econômica e desenvolvimento tecnológico, parece que sim. Esses atributos dariam ao país a condição de um grande Estado. Ao mesmo tempo, o autor estadunidense entende que o termo “Grande Estratégia” não é definido com absoluta satisfação, no entanto, deixa claro que o termo se vincula com a capacidade de planejar e executar os meios e fins desejados pelo Estado. Nas palavras do próprio autor:

Acima de tudo, a grande estratégia exige um entrelaçamento de realidades políticas, sociais e econômicas com o poder militar, bem como um reconhecimento de que a política deve, em quase todos os casos, impulsionar a necessidade militar. (MURRAY, 2010, p. 79-80, tradução nossa)¹⁴.

Desse modo, pensar a “Grande Estratégia” indiana, significa, a nosso ver, considerar a inserção internacional do país. Portanto, é preciso analisar a sua política externa e, igualmente, a construção de uma capacidade no campo da segurança que assista à inserção autônoma pretendida, sem submeter-se aos constrangimentos de nações competidoras. Consideramos ainda, que para o êxito de tal projeto faça necessário criar meios de financiamento e de sustentação econômica.

Para Parmar (2012), não é possível pensar em uma “Grande Estratégia” sem considerar, igualmente, o fator econômico, pois ele será um pilar fundamental da projeção de poder do país, tendo em vista o necessário papel que a economia tem no sistema de inovação tecnológico de que necessita um país com aspirações de grandeza¹⁵.

A política externa desempenha igualmente um papel fundamental na “Grande Estratégia” e haveria na Índia, historicamente, duas visões clássicas que marcaram e ainda marcam a inserção indiana no mundo, a “nacionalista tradicional” e a “pragmatista”. Nesse sentido, Deepa Ollapally e Rajesh Rajagopalan (2011)¹⁶ argumentam que a “nacionalista tradicional”, que remete aos tempos da Guerra Fria,

¹² *Freed of the structural limitations of the Cold War, India is seeking to build strategic political and economic alliances at the bilateral, regional and global level that hold promise of rich security dividends. Indian foreign policy, which during the Cold War was marked by Non-Alignment, today appears to be pursuing a policy of non-alignment – i.e. engaging many to meet its different security requirements.*

¹³ Cf. MURRAY, Williamson. Thoughts on Grand Strategy and the United States in the Twenty-first Century. *Journal of Military and Strategic Studies*, v. 13, n. 1, 2010, p. 75.

¹⁴ *Above all, grand strategy demands an intertwining of political, social, and economic realities with military power, as well as a recognition that politics must in nearly all cases drive military necessity.*

¹⁵ Cf. PARMAR, Sarabjeet Singh. The maritime dimension in India’s national strategy. *Grand strategy for India*, v. 2020, p. 83-92, 2012, pp. 83-84.

¹⁶ Cf. OLLAPALLY, Deepa; RAJAGOPALAN, Rajesh. The pragmatic challenge to Indian foreign policy. *The Washington Quarterly*, v. 34, n. 2, p. 145-162, 2011.

do não-alinhamento e de elementos nehruvianos - como autonomia e anti-colonialismo – manifesta-se no período do governo Mohan Singh como “autonomia estratégica”.

Um aspecto relevante para os nacionalistas, segundo os autores, seria que Nova Delhi estaria sofrendo constantes pressões para a não realização dos interesses nacionais indianos. Destarte, Estados Unidos e China seriam vistos como atores desestabilizadores em um sistema internacional de conflitos e instabilidades. Outro elemento característico da perspectiva nacionalista é a questão das alianças. Para eles, a Índia não pode se enquadrar em qualquer tipo de pressão ou constrangimento que lhe tolha os interesses nacionais, por isso, a política externa indiana poderia, na visão dos nacionalistas, lançar mão de políticas de cooperação, não de alianças duradouras¹⁷. Por fim, os nacionalistas não acreditam no discurso do desarmamento nuclear, mas ao contrário, entendem que as grandes potências nucleares não se comprometem com a paz mundial desarmando-se e dando o exemplo. Elas agem contrariamente à retórica pacifista e buscam manterem-se nuclearmente poderosas com vistas a garantir seus interesses nacionais, além de acreditarem que o sistema internacional deveria ter contornos multipolares, em termos de ordem mundial¹⁸.

Por outro lado, a visão “pragmatista”, em que os autores atribuem seu surgimento no pós-Guerra Fria, percebe o interesse nacional indiano como a pedra angular da política externa e ele se sobrepõe às questões da ética global. Segundo os autores, os “pragmatistas” argumentam que a visão do interesse dos nacionalistas era ideológico e direcionado a questões e comprometimentos de caráter mais universais e antigos, diferentemente da abordagem pragmática que não se prende ao multilateralismo “onusiano”, mas apenas aos estritos interesses do país¹⁹. Os pragmatistas chegam a afirmar que a política externa dos nacionalistas é moralista e pouco ágil, além de considerarem a postura do não-alinhamento antiquada²⁰.

Outro ponto de divergência entre nacionalistas e pragmatistas é a aproximação ou não com os Estados Unidos. Para os primeiros a Índia deveria manter-se estrategicamente afastada, pois haveria uma incompatibilidade de visão de ordem mundial. Já para os últimos, os EUA podem ser aliados em alguns temas da agenda internacional. Muitos nacionalistas argumentam que a aproximação dos Estados Unidos com o Paquistão é preocupante e traz insegurança ao país²¹.

As coalizões multilaterais também são um ponto de desavença entre as visões de política externa. Os nacionalistas, historicamente comprometidos com o não-alinhamento, veem no BRICS ou na IBSA uma nova forma de solidariedade terceiro mundista, no entanto, os pragmatistas enxergam no descolamento de poder chinês uma ameaça aos interesses indianos, além de uma demonstração de ineficácia para a

¹⁷ Ibidem, pp. 146-147.

¹⁸ Ibidem, pp. 147-148.

¹⁹ Ibidem, pp. 149-150.

²⁰ Ibidem, p. 150.

²¹ Ibidem, p. 152.

resolução dos interesses em bloco²². Todavia, as relações multilaterais no nível Sul-Sul são relevantes quando se pensa em uma ordem multipolar e no protagonismo que a Índia vem buscando ter no Sistema Internacional (SI).

Para além das desavenças, as duas perspectivas enxergam alguns desafios e ameaças comuns, como a China e o Paquistão, o que impõe a ambos uma forte percepção de segurança. Isso faz que a “Grande Estratégia” indiana possa ser pensada sem fortes rupturas ou grandes obstáculos, o que dá uma perspectiva de planejamento de longo prazo para a inserção internacional do país e garante, em tese, uma linha de conduta estratégica mais consistente.

Para Amrita Narlikar (2009), alguns posicionamentos historicamente “negativos”, sobre questões da agenda internacional, passaram a ser lentamente revistos a partir dos anos 1990. Temas como comércio internacional, tratados de segurança internacional – Tratado de Proibição Total de Testes nucleares (TPTT, CTBT em inglês), Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP, NPT em inglês) e Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (RCTM, MTCR em inglês)²³ – e outros temas, como energia, eram tradicionalmente protegidos por uma atitude defensiva e desconfiada frente às grandes potências e organizações internacionais²⁴.

A Índia, “sempre teve ambições globais e não regionais” (NARLIKAR, p. 117, 2009), o que faz que sua política externa e mesmo de segurança tenha uma dinâmica mais ampla comparada à de outras potências regionais, como o Brasil. Sobre esse ponto, há uma perspectiva levantada pela autora, mas igualmente por outros especialistas, qual seja, a de que a Índia é mais que um Estado com raízes regionais, haveria a ideia de que o país indiano representa uma civilização e, como tal, deveria se colocar como um modelo a ser seguido²⁵.

Um dos elementos unificadores das visões de política externa, a preocupação com a aliança “anti-Índia” entre China e Paquistão, coloca-se como pilar do planejamento da “Grande Estratégia” indiana do período Singh e Modi. O Paquistão desenvolve uma política anti-Índia que se baseia no financiamento de grupos terroristas e em uma campanha de ódio em nível global. Além disso, haveria uma constante construção de alianças no entorno indiano com o intuito de enfraquecer e constranger o país. No mesmo diapasão, a China teria, de acordo com o Tenente-General Campose (2016), uma diplomacia ofensiva de cerco à Índia, tanto militar como economicamente²⁶.

²² Ibidem, p. 154.

²³ CTBT: Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty; NPT: Treaty of Non-Proliferation of Nuclear Weapons; MTCR: Missle Technology Control Regime.

²⁴ NARLIKAR, Amrita. Patriotismo peculiar ou cálculo estratégico? Explicando a estratégia de negociação da Índia em ascensão. **AL Andrew Hurrell Et. Os Brics e a Ordem Global.** Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 101-124, 2009.

²⁵ Ibidem, p. 118; e a exposição do embaixador Amaury, ver: OLIVEIRA, Amaury Porto de. Índia: estratégia e política externa. In: Ministério das Relações Exteriores. **Conferência Índia.** Rio de Janeiro: Funag, 2008, p. 139-156.

²⁶ Cf. CAMPOSE, Philip. India’s National Security Strategy: Imperative of Integrating Defence Policy. CLAWS journal. Winter. 2016, pp. 22-23.

Desse modo, o crescimento econômico torna-se peça central da geopolítica indiana. Enquanto o país crescer e continuar a aprofundar as capacidades tecnológicas nos campos sensíveis, como o de satélites e tecnologia da informação (TI), as respostas aos desafios imediatos de seu entorno estratégico, leia-se, principalmente Paquistão e China, serão bem conduzidas.

A Índia trabalha com a projeção de tornar-se a terceira maior economia do mundo em breve. Todavia, o grande desafio econômico será o de sempre: incluir a massa de pobres no mundo do consumo e da produção. Isso faz que o país considere este problema uma questão de segurança nacional e tende a unir as visões divergentes do Partido do Povo Indiano (*Bharatiya Janata*) e do Congresso Nacional Indiano.

Além do crescimento e dos meios para o desenvolvimento econômico e social, a Índia tem deficiências consideráveis quando se analisa a questão demográfica e a sua relação com alimentos e fontes supridoras de energia. Como solucionar o enorme déficit de energia e, principalmente, como incluir os milhões de marginalizados na condição de consumidores e cidadãos com acesso aos meios eletrônicos modernos? Por isso, a “Grande Estratégia” indiana concebe com clareza a necessidade de projetar-se diplomaticamente junto aos países supridores, mas também, entende a necessidade de garantir energia e alimentos por meio de uma política de segurança. Assim, comprehende-se a inserção cada vez mais intensa de projetos de cooperação com nações africanas, ricas em minérios e nações médio-orientais ricas em petróleo. Este hidrocarboneto que representa 20% das importações totais do país²⁷.

Um dado curioso é que, a despeito de ser um país superpopuloso, a Índia é um grande produtor de alimentos, importa grãos variados, como trigo da Ucrânia e da Austrália, soja do Brasil, mas exporta arroz e açúcar, por exemplo. A importação de alimentos não figura entre os dez itens mais relevantes da balança comercial indiana²⁸.

Pensando além das questões mais clássicas de política externa, é interessante notar o avanço de elementos culturais na agenda externa indiana. Percebe-se isso na exploração das “marcas culturais” como o tempero, muito apreciado na Europa, sobretudo no Reino Unido, a medicina *Ayurveda*, além da *yoga* – o governo indiano, via chancelaria, criou o dia mundial da *yoga*, celebrado nos Consulados e Embaixadas mundo afora.²⁹ Além desses “produtos”, a Índia aposta fortemente na indústria cultural dos filmes de *Bollywood*, que já ultrapassa a estadunidense *Hollywood* em produção de filmes³⁰. Em 2006 foi criado um departamento de Diplomacia Pública no Ministério dos Negócios Estrangeiros exatamente com o fito de explorar melhor o *soft power* do país. Nesse sentido,

²⁷Cf. The Observatory of Economic Complexity. *India*. Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/ind/>. Acesso em: 19/06/2017.

²⁸Ibidem.

²⁹Há uma nova contribuição do teórico estadunidense Joseph Nye em que a cultura e o poder ideológico, ou seja, o poder “imaterial” seria o *co-optive power*. Para mais informações a respeito ver: NYE JR, Joseph S. **Bound to lead: The changing nature of American power**. Basic Books, 2016.

³⁰BLAREL. Op. Cit., p. 26.

O governo indiano incorporou explicitamente um elemento "cultural" em sua política externa. O Conselho Indiano de Relações Culturais (ICCR) criou 22 centros culturais em 19 países cujas atividades, que vão desde festivais de cinema a feiras de livros e exposições de arte, têm como objetivo apresentar uma imagem da Índia como uma sociedade multicultural plural. (BLAREL, 2012, p. 05, tradução nossa)³¹

O país também busca financiar a "exportação de democracia" para seus vizinhos, na forma de projetos sociais e políticos – exemplo disso é a ajuda bilionária ao Afeganistão para a construção de barragens, rodovias e bolsas de estudos - além de ser, até recentemente, o segundo país em doações ao Fundo das Nações Unidas para a Democracia³². Muito embora, o país tenha adotado uma posição ambígua na sustentação da democracia ao ficar indiferente quando do golpe militar em Myanmar (2010)³³. Ainda sobre a "questão democrática" como um ativo, é interessante notar como o Ocidente vê as duas grandes economias emergentes asiáticas, Índia e China. A primeira é vista como confiável e potencialmente parceira, a segunda como agressiva e competitadora³⁴.

Outro elemento interessante no uso do *soft power* como ferramenta de política externa é a contribuição dos indianos que vivem no exterior. A US *India Political Action Committee* (USINPAC, sigla em inglês) atuou fazendo *lobby* no Congresso estadunidense em prol da aprovação do Acordo Nuclear de 2005-2007³⁵.

De acordo com Blarel (2012), o uso do *soft power* como elemento de política externa indiana não teria sido possível se o país não tivesse desenvolvido uma base robusta de *hard power*. Este, teria dado legitimidade e credibilidade para uma ação mais assertiva e ampla nas relações internacionais diferentemente da China, que, segundo o autor, avança sua agenda de forma a tornar o mundo mais inseguro³⁶. Nas palavras do autor:

Um exemplo concreto dessa nova rivalidade de *soft power* é visível na África hoje. Como a Índia não pode igualar os investimentos financeiros maciços da China na África, ela tem se concentrado em recursos de *soft power*, como suas capacidades de tecnologia da informação e seus cursos universitários acessíveis para atrair estudantes africanos. Ao mesmo tempo, promoveu sua imagem do país que inspirou as lutas anticoloniais do século passado e adotou

³¹ *The Indian government has explicitly incorporated a 'cultural' element into its foreign policy. The Indian Council for Cultural Relations (ICCR) has set up 22 cultural centres in 19 countries whose activities ranging from film festivals to book fairs and art exhibitions, aim to present an image of India as a plural multicultural society.*

³² Para mais informações: BLAREL, Nicolas. *India: the next superpower?: India's soft power: from potential to reality?* IDEAS reports - special reports, Kitchen, Nicholas (ed.) SR010. LSE IDEAS, London School of Economics and Political Science, London, UK, 2012, p. 05.

³³ Ver: STUENKEL, Oliver. *India's national interests and diplomatic activism: Towards global leadership. India: The next superpower.* LSE-IDEAS, London School of Economics p. 34-38, 2012, pp. 35-36.

³⁴ Cf.: WULF, Herbert. *India's aspirations in global politics: Competing ideas and amorphous practices.* INEF-Report 107/2013, Institute for Development and Peace, 2013, p. 12

³⁵ BLAREL. Op. Cit., p.06.

³⁶ Ibidem, p.06.

uma forte posição de princípio contra o apartheid para desenvolver futuras parcerias na África. (BLAREL, 2012, p. 06, tradução nossa)³⁷

A Índia, segundo Wallerstein (2017), é uma *in-between great power*³⁸, ou seja, está no caminho de se tornar uma grande potência. É um país com capacidade nuclear considerável, mas ainda apresenta problemas sociais graves. Os problemas sociais constantemente citados como um desafio ao “salto adiante” indiano, não constrange, no entanto, sua visão de mundo e a maneira como o país se insere na ordem internacional. Há uma clara confiança por parte dos tomadores de decisão de que a Índia ocupará cada vez mais um lugar especial no SI³⁹.

Contudo, é necessário entender que a visão internacional do país é peculiar e pouco decifrável *a priori*. Nesse sentido, quando se pensa no protagonismo indiano em defender a democracia, não se deve confundir isso com ativismo militar em busca de mudança de regime político (*regime change*) ou mesmo votos na ONU ou em qualquer outro órgão multilateral internacional. A Índia se move por interesse próprio e tem uma interpretação peculiar dos conceitos tradicionalmente discutidos nas Relações Internacionais (RI), como as abordagens teóricas do Realismo ou Idealismo, nenhuma delas enquadra de modo pleno o “nacionalismo hindu” ou o “idealismo hindu”. Estes conceitos das RIs não são capazes de traduzir o comportamento, a tradição ou a interpretação dos agentes tomadores de decisão indianos, uma constatação geral pode ser observada: o papel do Estado indiano é sempre preponderante.⁴⁰

O país visa, portanto, a uma mudança na ordem econômica mundial, bem como na arquitetura do sistema financeiro multilateral. Porém, assim como a China, a Índia quer mais protagonismo e poder decisório *de facto*. Ou seja, o “sistema wespaliano de Estados” é a estrutura de governança na qual o país busca se vincular e defender. O ativismo pela mudança é, por conseguinte, brando e pragmático⁴¹. Esta postura reforça a tradição do não-alinhamento, tão cara a Nehru e outros líderes políticos nacionais e, podemos ir mais além, ao constatar que a posição indiana é, igualmente, de “não-aliança”.

Desse modo, a militância por mudança de ordem junto aos fóruns internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, OMC e Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) mostram como o país se projeta nos espaços de poder com altivez e autenticidade. Veremos isso com mais profundidade nos próximos tópicos.

³⁷ A concrete example of this new soft power rivalry is visible in Africa today. Since India cannot match China's massive financial investments in Africa, it has been concentrating on soft power resources such as its information technology capabilities and its affordable university courses to attract African students. At the same time it has promoted its image of the country which inspired the anti-colonial struggles of the last century and took a strong principled stand against apartheid to develop future partnerships in Africa.

³⁸ Cf. WALTERSTEIN, Immanuel. *India: The In-Between Great Power*. Commentary No. 450. June 01. Disponível em: <<https://www.iwallerstein.com/india-the-in-between-great-power/>>. Acessado em: 04/01/2018.

³⁹ Ver: PANT. Op. Cit., p.04.

⁴⁰ Para mais informações a respeito ver: WULF. Op. Cit., pp. 14-15.

⁴¹ Ibidem, pp. 05-06.

3. A agenda internacional indiana: comércio e investimento, defesa e segurança e regionalismo.

A Índia adotou com Nehru (1889-1964) e Indira Gandhi (1942-1960) uma postura crítica ao capital estrangeiro. Até os anos 1990 havia um controle rígido de sua entrada e saída. Desse modo, buscando organizar sua base econômica, o governo indiano lançou mão de barreiras tarifárias e não-tarifárias, abriu linhas especiais de crédito, concedeu subsídios, fez grandes investimentos em infraestrutura e criou empresas públicas em diversos setores⁴².

Com as reformas econômicas que duraram de 1991 a 1993 foram realizadas uma série de ajustes em diversos setores da economia. Na política industrial, por exemplo, o governo permitiu a venda e participação de investidores estrangeiros e privados nacionais desde que mantivesse o controle acionário das empresas. No comércio exterior, houve a extinção do regime de licenciamento de importações, porém manteve-se uma lista de produtos considerados estratégicos como os de agricultura e bens de consumo. O governo indiano liberou a entrada de Investimento Externo Direto (IED) em algumas áreas, em outras manteve a proibição.⁴³ Com o ritmo de crescimento acelerado, principalmente a partir dos anos 2000, o IED aumentou consideravelmente chegando a transformar a Índia no 10º maior receptor mundial em 2016.⁴⁴

No que tange ao comércio internacional, a postura indiana é historicamente defensiva e protecionista. Para Narlikar (2009), a Índia passou por três fases nas negociações sobre comércio: Na primeira fase observa-se a crítica histórica do sistema internacional e dos acordos de comércio (diplomacia do não-alinhamento) e busca da autossuficiência via Industrialização por Substituição de Importações (ISI); Na segunda fase destacam-se as mudanças nos anos 1980 com as negociações sobre os Trips (direitos de propriedade intelectual) e o Trims (Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio). Nesta fase o país teria uma redução das políticas nacionais defensivas e implementaria um avanço mais liberal; Por fim, na fase 3 tem-se as negociações dos 1990 e 2000, com a criação da OMC (Rodada Uruguai). Aqui a Política de comércio internacional mantém-se defensiva e protecionista, ou seja, há pouca mudança na linha de negociação e manutenção da estratégia tradicional.⁴⁵ As negociações junto às Rodadas de Comércio são normalmente em conjunto com os países emergentes, pois as chances de garantir seus

⁴² Mais informações em: CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. Unesp, 2007, p. 143.

⁴³ Para mais informações das mudanças ver: NASSIF, André. *A economia indiana no período 1950-2004: da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?*. Área de Planejamento, Departamento de Planejamento (DEPLAN), BNDES, 2006, p. 40

⁴⁴ Ver o relatório da UNCTAD de 2017: http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2017_en.pdf, p. 12. Acessado em: 26/01/2018.

⁴⁵ Cf.: NARLIKAR. Op. Cit., pp.104-108

interesses se torna maior, uma vez que há convergência de temas como agricultura, propriedade intelectual e serviços.

Apenas em 2004 foi criada uma política nacional de comércio exterior que deveria ser suporte e um dos pilares da estratégia nacional de desenvolvimento indiano, além de buscar incentivar o aumento das exportações e importação de insumos necessários para o crescimento econômico.⁴⁶ A partir desta nova política de comércio, o país iniciou um processo de viabilização de acordos regionais e internacionais de livre-comércio.⁴⁷ Um dos principais acordos está em negociação com a União Europeia (UE) desde 2007, mas esfriou desde 2013.⁴⁸ Em 2015 a Índia participava com 1,7% das exportações e 2,2% das importações mundiais.⁴⁹ Os principais parceiros comerciais indianos são União Europeia, Estados Unidos e China, seguidos dos países árabes.

A Índia é aspirante a se tornar membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e forma com Brasil, Alemanha e Japão o G4, grupo de países com a mesma reivindicação. Em tese, o país tem todos os requisitos para ocupar tal posto, pois é uma potência militar com capacidade nuclear, é um dos maiores participantes das missões de paz da ONU⁵⁰, além de ter uma tradição de militar por uma ordem mundial mais justa e equilibrada.

Para que o país ocupe um lugar de maior protagonismo no sistema interestatal capitalista e consiga defender e satisfazer seus interesses nacionais, é necessário possuir meios de poder militar dissuasórios. Como discutimos em outra seção do texto, o entorno geopolítico indiano é conturbado, sensível e historicamente conflituoso, o que impõe à Índia um necessário preparo para responder às ameaças potenciais. Desse modo, a despeito do insistente problema da pobreza e carência de infraestrutura básica em muitos lugares do país, ele está em pleno processo de transformação material e estrutural, seu complexo industrial-militar é prova e parte desse avanço.

Há na nação sul-asiática, grande evolução na capacidade produtiva na sensível área de defesa, porém é importante notar que, de acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), o país é o maior importador líquido de armas do mundo. Pode-se constatar que os gastos com defesa no país aumentam constantemente. A Índia gasta, em média, 2,5% do PIB com defesa e sua participação mundial no mercado de armas é de 3,3%.⁵¹ O fato de ser a maior importadora de armamentos do mundo

⁴⁶ Ver: RAMDASI, Preeti. *An Overview of India's Trade Strategy* (Paris: Institut du Développement Durable et des Relations Internationales), 2010, p. 06.

⁴⁷ Ibidem, p. 06.

⁴⁸ Mais informações sobre o acordo com a EU ver: <http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/india/> . Acessado em: 26/01/2018.

⁴⁹ Para mais detalhes da participação indiana no comércio internacional ver relatório de comércio da OMC: https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2017_e/wts2017_e.pdf, p. 102. Acessado em: 26/01/2018.

⁵⁰ MOHAN. Op. Cit., p. 36.

⁵¹ Mais informações em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/Trends-world-military-expenditure-2016.pdf> . Acesso em: 20/06/2017.

causa uma grande preocupação no Alto Comando militar indiano. Por isso, o país vem ao longo do tempo buscando desenvolver um Complexo Industrial-Militar (CIM) nacional capaz de pesquisar, desenvolver e comercializar os mais variados dispositivos de defesa. O CIM indiano é formado majoritariamente por empresas públicas. Estas têm uma rede de laboratórios de pesquisa que se espalham pelo país nos mais diversificados segmentos da cadeia produtiva militar.

De uma forma sintética, os grandes projetos militares indianos vão desde navio-aeródromo (porta-aviões, com fabricação própria), submarino nuclear (*Arihant*), aviões de quarta e quinta geração (parceria com a Rússia), mísseis balísticos supersônicos e intercontinentais nucleares (*Brahmos* e *Agni*), além dos de longo alcance lançados de submarino (K-4 e K-15), até os mais sofisticados satélites e componentes digitais.⁵²

No que se refere ao regime de Não-Proliferação, a Índia tem um histórico de negação do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), assim como o Brasil⁵³, o país asiático sempre o criticou por considerá-lo discriminatório e mantenedor do *status quo* de poder mundial. Porém, ao mesmo tempo, advogou, por influência da visão nehruiana, por uma ordem mundial sem armas atômicas e pela resolução dos conflitos de forma pacífica. Ademais, o país aderiu ao Tratado de Banimento Parcial de Testes (TBPT) em 1963 que permitia apenas testes nucleares subterrâneos.⁵⁴

Os Estados Unidos reconheceram a Índia como uma potência nuclear, o que dá um *status* importante ao país no sistema internacional. A relação com a superpotência é vista por alguns como um possível contraponto ao poder chinês. No entanto, ao que parece a Índia tem aspirações próprias e não estaria disposta a fazer o jogo americano de rivalidade com a China. Esta, apesar das históricas tensões com àquela, vem aumentando as relações comerciais, o que para Stuenkel (2012), conforma-se como uma espécie de frustração aos Estados Unidos que imaginavam poder isolar a China⁵⁵

A Índia orienta sua política de segurança e defesa principalmente para o Paquistão e a China, pois são consideradas as maiores ameaças à segurança nacional, porém, os elementos de desestabilização interna, como separatismo, pobreza e terrorismo islâmico são igualmente relevantes para a segurança interna do país e ocupam lugar de destaque nas estratégias de desenvolvimento do país. No entanto, Bava (2007) argumenta que ainda falta ao país uma estratégia de segurança mais coesa para evitar que os constrangimentos e ameaças impeçam ou dificultem a transformação do país em um grande ator global⁵⁶.

⁵² Cf.: BEHERA, Laxman Kumar. *Indian Defence Industry: Issues of Self-Reliance*. Institute for Defence Studies and Analyses, 2013.

⁵³ O Brasil se negava a aderir ao TNP até 1998, quando o governo Fernando Henrique sucumbiu às pressões internacionais e encerrou as ambições nucleares no campo militar do país.

⁵⁴ NARLIKAR, Op. Cit., pp. 108-112.

⁵⁵ STUENKEL. Op. Cit., p. 38.

⁵⁶ BAVA. Op. Cit., p. 06.

No que diz respeito a região sul-asiática e mesmo no entorno mais amplo do continente, haveria uma certa dificuldade de a Índia traduzir seu poder em influência regional. Por isso, Stuenkel (2012) questiona se é possível ao país advogar por uma estratégia global sem antes ter capacidade de influir na agenda regional.⁵⁷

Devido à postura agressiva chinesa a partir do movimento chamado de *string of pearls* (colar de pérolas)⁵⁸ a Índia opta pelo balanceamento do equilíbrio de poder na região ampliando as parcerias com os Estados Unidos e o Japão. Há inclusive, a possibilidade de no futuro, Índia e China, grandes demandantes de recursos naturais, chocarem-se devido à possível escassez dos mesmos. As áreas de influência de ambos os países têm um enorme potencial de colisão, haja vista a proximidade geográfica e o pujante crescimento econômico das duas potências econômicas asiáticas.

Uma estratégia que vem sendo desenvolvida pela Índia como meio difusor de influência é a da integração regional e a *South Asia Association of Regional Cooperations (SAARC)*⁵⁹ conforma-se como principal iniciativa. A região que compõe a SAARC tem na Índia seu principal ator político. O país congrega o maior território, população, PIB e gastos militares. Ademais, o país tem investido em cooperação técnica regional nos últimos anos. Butão, Afeganistão, Maldivas, Nepal e Mianmar estão entre os mais favorecidos. Todavia, a organização não é muito funcional, a região apresenta constantes desequilíbrios e a relação conflituosa entre Índia e Paquistão tende a tornar a cooperação multilateral quase impossível.⁶⁰ Exemplo disso foi o cancelamento da 19ª Cúpula em 2016 por iniciativa indiana em função da acusação contra o Paquistão por envolvimento com terrorismo na fronteira.⁶¹

4. Conclusão

Buscamos mostrar ao longo do trabalho a maneira como a Índia buscou projetar poder a partir de uma Grande Estratégia executada por sua política externa no início do século XXI. Contudo, há ainda uma série de desafios que se colocam diante do projeto indiano de tornar-se uma grande potência. O primeiro deles parece ser de ordem interna e passa pela superação das mazelas sociais, como os grandes bolsões de miséria e a desagregação social. Outro ponto de ordem interna é a questão dos poderes regionais. Por enquanto os governos indianos não experimentaram separatismos de fato, apenas ameaças como a

⁵⁷ Ibidem, pp. 35-36.

⁵⁸ "Colar de Pérolas" (*String of Pearls*) é uma estratégia chinesa que busca cercar a Índia no Oceano Índico de modo a enfraquecer sua atuação regional. Para mais detalhes ver: KHURANA, Gurpreet S. China's 'String of Pearls' in the Indian Ocean and Its Security Implications. *Strategic Analysis*, v. 32, n. 1, p. 1-39, 2008.

⁵⁹ A SAARC é composta por Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka. Mais informações sobre o grupo em: <http://www.saarc-sec.org/>

⁶⁰ WULF. Op. Cit., p. 12.

⁶¹ Cf.: BATRA, Amita. India-Pakistan tensions and evolving contours of regional cooperation in South Asia. IAPS (Institute of Asia & Pacific Studies), Nottingham University, 2017.

liderada pelo Sikhs ou Naxalites. O problema religioso ainda insiste em assombrar o país. Como solucionar o problema do conflito entre hindus e muçulmanos, tendo em vista que um dos principais partidos indianos - BJP, Partido do Povo Indiano - tem clara orientação religiosa e antimuçulmana, além de seu principal país rival, o Paquistão, ser uma nação que, de acordo com os governos indianos, financia o terrorismo e promove ações desestabilizadoras no país?

Outro grande desafio ao projeto de potência mundial indiano é a China, país que ostenta uma inequívoca capacidade de poder militar e econômico na região e que busca cercar a Índia por meio de bases e parcerias estratégicas como com o Paquistão. Há uma interpretação teórica no país de que a China busca criar um "colar de pérolas" em seu entorno, de modo a restringir e debilitar as ações indianas⁶². É nesse sentido, que alguns analistas indianos percebem a parceria com os Estados Unidos como fundamental para equilibrar a balança de poder regional⁶³. A China tem condições de constranger amplamente as iniciativas indianas na região e assim o faz, seja ampliando e ofertando crédito para infraestrutura, seja abrindo seu enorme mercado. Ved (2016) chega a afirmar que a China está presente e cercando a Índia não apenas no mar, mas também na terra e no ar.⁶⁴

Um outro fator que deve ser levado em conta é a capacidade de a Índia manter o nível de crescimento econômico sem sofrer nenhum tipo de constrangimento no fornecimento de matérias primas essenciais como minérios e petróleo. Por isso, como dissemos mais acima, há uma expansão da presença militar indiana em regiões consideradas estratégicas além de um amplo aumento do investimento externo direto (IED) em países supridores.

Para tornar-se uma potência mundial não basta alcançar poder militar e tecnológico, como a Índia tem feito, é necessário entender que alguns componentes como capacidade financeira, moeda forte e força para influenciar os temas da agenda internacional. Sabemos que em algumas áreas, como comércio internacional, o país age com desenvoltura, basta ver o histórico de participação nas rodadas de comércio do GATT e OMC. Todavia, o país ainda não é - e não parece se preocupar ainda com isso - um ator relevante no sistema financeiro internacional. Ser uma potência mundial significa ampliar capacidades não apenas de ordem militar-tecnológica, mas igualmente, ampliar as condições de financiamento e conseguir, de alguma forma, influenciar a agenda econômica mundial⁶⁵.

⁶² Para mais informações sobre o termo "colar de pérolas" (*String of Pearls*, em inglês) ver: MARSHALL JR, Richard D. **The String of Pearls: Chinese Maritime Presence in the Indian Ocean and Its Effect on Indian Naval Doctrine**. NAVAL POSTGRADUATE SCHOOL MONTEREY CA DEPT OF NATIONAL SECURITY AFFAIRS, 2012. E também o interessante artigo: KAPOOR, Deepak. India's China Concern. **Strategic Analysis**, v. 36, n. 4, p. 663-679, 2012.

⁶³ Para mais informações a respeito ver: PERKOVICH, George. **Toward realistic US-India relations**. Carnegie Endowment for International Peace, 2010.

⁶⁴ Cf.: Mahendra Ved. *No 'String of Pearls', it's the Dragon in the Indian Ocean*. Nov, 18, 2016. Disponível em: <<http://southasiamonitor.org/news/no-string-of-pears-it-s-the-dragon-in-the-indian-ocean/sl/20522>> Acesso em: 19/01/2018.

⁶⁵ Este é um debate que preferimos não fazer neste trabalho, pois é uma questão discutível. Por exemplo, a Rússia é uma grande potência militar, porém frágil em questões financeiras.

Como potência atômica e autônoma no setor espacial, a Índia já conseguiu galgar importantes posições no sistema interestatal capitalista, todavia, o país não quer se projetar como potência militar imperialista ou de perfil belicoso, pelo contrário, há uma percepção clara de que o ativo democrático é salutar em uma ordem mundial ainda muito influenciada pela visão liberal do pós-Segunda Guerra. Resta saber se, no momento em que o país for testado e tiver de lançar mão do poder militar ele terá a postura de uma potência clássica ou, como dizem muitos analistas, "responsável"⁶⁶.

Teremos de aguardar os desdobramentos das mudanças de poder na ordem mundial que, cada vez mais, torna-se multilateral e instável, para vermos o desempenho indiano. Por enquanto, o país ainda tem muitos problemas internos e dificuldades de se afirmar como potência regional, haja vista a rivalidade com Paquistão e China. Entretanto, não é pequeno o salto indiano na direção da potência mundial. É fato notório que o país vem acumulando capacidades materiais de poder e cada vez menos pode ser desconsiderada das grandes questões da agenda internacional.

As mudanças ocorridas na política externa indiana são mais de ênfase que de substância, não houve no país viradas bruscas de estratégia como no Brasil. Há uma percepção clara do papel da Índia no mundo e do desejo de se tornar uma grande potência mundial, além da realidade geopolítica, que impõe uma certa necessidade pela continuidade estratégica no planejamento e execução da política externa. Como o século XXI deve ser o "século asiático", a Índia terá um papel fundamental na reconfiguração da ordem mundial em curso.

* Artigo recebido em 17 mar 2018,
aprovado em 08 set 2018.

REFERENCIAS

- BATRA, Amita. India-Pakistan tensions and evolving contours of regional cooperation in South Asia. IAPS (Institute of Asia & Pacific Studies), Nottingham University, 2017.
- BAVA, Ummu Salma. India's role in the emerging world order. **FES Briefing Paper**, v. 4, 2007.
- BEHERA, Laxman Kumar et al. Indian Defence Industry: Issues of Self-Reliance. Monograph Series, n. 21, 2013.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. Regions and powers: the structure of international security. Cambridge University Press, 2003.

⁶⁶ Ver: MOHAN. Op. Cit., p. 46.

BLAREL, Nicolas. India: the next superpower?: India's soft power: from potential to reality? IDEAS reports - special reports, Kitchen, Nicholas (ed.) SR010. LSE IDEAS, London School of Economics and Political Science, London, UK, 2012.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. Unesp, 2007, p. 143.

CAMPOSE, Philip. India's National Security Strategy: Imperative of Integrating Defence Policy. CLAWS journal. Winter. 2016.

GAUR, Mahendra. Focus: India's Look East Policy. Foreign Policy Research Centre Journal, v. 8, p. 26, 2011.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais. Zahar, 2007.

KAPLAN, Robert. A Vingança da Geografia: A construção do Mundo Geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KHURANA, Gurpreet S. China's 'String of Pearls' in the Indian Ocean and Its Security Implications. *Strategic Analysis*, v. 32, n. 1, p. 1-39, 2008.

MAHAN, Alfred Thayer. The problem of Asia and its effect upon international policies. Little, Brown, 1905.

MARSHALL JR, Richard D. The String of Pearls: Chinese Maritime Presence in the Indian Ocean and Its Effect on Indian Naval Doctrine. NAVAL POSTGRADUATE SCHOOL MONTEREY CA DEPT OF NATIONAL SECURITY AFFAIRS, 2012.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Quem tem medo da geopolítica?. Editora Hucitec, 1999.

MOHAN, Raja. A Índia e o equilíbrio de poder. IN STUENKEL, Oliver (Coord.). A Índia na ordem global – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

MURRAY, Williamson. Thoughts on Grand Strategy and the United States in the Twenty-first Century. *Journal of Military and Strategic Studies*, v. 13, n. 1, 2010.

NARLIKAR, Amrita. Patriotismo peculiar ou cálculo estratégico? Explicando a estratégia de negociação da Índia em ascensão. AL Andrew Hurrell Et. Os Brics e a Ordem Global. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 101-124, 2009.

_____. Is India a responsible great power?. *Third World Quarterly*, v. 32, n. 9, p. 1607-1621, 2011.

NASSIF, André. A economia indiana no período 1950-2004: da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?. Área de Planejamento, Departamento de Planejamento (DEPLAN), BNDES, 2006.

NIZAMANI, Siraj. India's Emerging Indian Ocean Strategy. *IPRI Journal XIV*, no. 1 (Winter 2014): 66-80.

NYE JR, Joseph S. Bound to lead: The changing nature of American power. Basic Books, 2016.

NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. *Review of International Studies*, v. 36, n. 4, p. 881-901, 2010.

OLLAPALLY, Deepa; RAJAGOPALAN, Rajesh. The pragmatic challenge to Indian foreign policy. *The Washington Quarterly*, v. 34, n. 2, p. 145-162, 2011.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. Índia: estratégia e política externa. In: Ministério das Relações Exteriores. Conferência Índia. Rio de Janeiro: Funag, 2008, p. 139-156.

PARMAR, Sarabjeet Singh. The maritime dimension in India's national strategy. *Grand strategy for India*, v. 2020, p. 83-92, 2012.

PERKOVICH, George. Toward realistic US-India relations. Carnegie Endowment for International Peace, 2010.

PLANT, Harsh V. "India as a Regional Security Provider: From Activism to Forced Diffidence," Working Paper No. RSCAS 2014/81, Global Governance Programme, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, European University Institute, Florence, July 2014.

RAMDASI, Preeti. An Overview of India's Trade Strategy (Paris: Institut du Développement Durable et des Relations Internationales), 2010.

STUENKEL, Oliver. India's national interests and diplomatic activism: Towards global leadership. India: The next superpower. LSE-IDEAS, London School of Economics p. 34-38, 2012.

VED. Mahendra. No 'String of Pearls', it's the Dragon in the Indian Ocean. South Asia Monitor, Nov. 17, 2016.

WULF, Herbert. *India's aspirations in global politics: Competing ideas and amorphous practices*. INEF-Report 107/2013, Institute for Development and Peace, 2013.